

Redactor em chefe  
Henrique d'Ávila

# ALFEBI

Administrador  
Virgílio de Seixas Barbosa

## FOLHA POLITICA E MISCELLANEA

Escritorio na typographia, praça da Matriz n. 11. A assignatura considera-se permanente em quanto a redacção não receber aviso em contrario. Preços por anno 10000, semestre 5000 e trimestre 3000.

Anno II. Jaguarão. Domingo 23 de Agosto de 1861. N. 93.

### INTERIOR

Rio de Janeiro.

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS.

Discurso proferido na sessão  
de 4 de Julho de 1861.

( Conclusão. )

Se não disse, concordou ao menos que nos paizes onde se observão as regras do systema parlamentar têm-se uado esses factos de membros do parlamento que se retirão do poder quando, consultadas de novo as urnas, são-lhes estas contrarias.

O sr. Sergio de Macedo dá um aparte.

O sr. Felix da Cunha: — O nobre deputado está enganado. Porque se retirou Frederico Pitt do gabinete? Sendo membro da camara dos communs, e não obbedio a sua recitação demittio-se do ministerio.

O sr. Sergio de Macedo: — Não demittio-se.

O sr. Felix da Cunha: — Demittio-se; o nobre deputado talvez confunda com Roberto Peel, que em caso identico, mas por motivos speciaes, conservou o poder.

Ha excepções, mas a regra é esta: o deputado chamado para o gabinete, e que de seus constituintes não obtém a renovação do mandato, entende, e está admittido que é de sua dignidade não continuar na gerencia da administração; e porque Sr. presidente? Porque perdeu a confiança de seus constituintes. Se ha differença nas hypotheseas, entre o ministro que se retira por não ser reeleito deputado e o que não pôde ser ministro por não ter sido eleito, as razões são as mesmas.

Aquello não pôde continuar porque lhe foi retirada a confiança de seus constituintes; isto não pode servir porque não chegou a obter essa confiança, necessaria para a força moral do ministerio.

O exemplo citado pelo nobre deputado da Bahia, do Roberto Peel, não tem applicação a este caso, porque na essoa de Roberto Peel não só havia o

eleito da nação, como tambem o eleito da corda. Como eleito da corda elle representava o elemento catholico, como eleito da nação elle representava o elemento protestante; todos sabem que foi elle quem realizou o grande pensamento da emancipação dos catholicos.

O Sr. Taques: — Na Inglaterra a corda não é catholica.

O Sr. Felix da Cunha: — Representante da corda, porque no systema representativo os actos do gabinete são praticados de accordo com a corda; entre nós o imperante é o chefe do poder executivo. O gabinete, quando propõe uma lei ou uma reforma, é sempre de accordo com a corda. Por isso digo que Roberto Peel, como ministro, como eleito da corda, representava o elemento catholico; como representante da nação representava o elemento protestante, em virtude da sua eleição pela universidade de Oxford.

Roberto Peel era ministro no gabinete, no parlamento era representante do seu paiz: Roberto Peel, mandado á camara dos communs pelo elemento protestante, entendeu que não podia professar e levar á execução as idéas da emancipação dos catholicos sem trahir a missão que lhe fora confiada por seus committentes, e demittio-se de seu lugar no parlamento para continuar a seu fim sem tropeços, sem sacrificios de sua dignidade. Mas conservou-se na administração. Ninguém pôde dizer que o nobre ministro da fazenda está nas mesmas circumstancias.

Sr. presidente, eu noto tambem que o nobre ministro da justiça, em quem reconheço illustração e firmeza de character, talvez não possa conservar hoje no gabinete a força moral indispensavel para que os seus actos tenham o cunho e aquelle valor que os recommenda á consideração publica. Refiro-me a uma votação que teve lugar no senado.

O nobre ministro, no desenvolvimento de algumas phrasas que foram enunciadas pelo meu nobre amigo deputado pela provincia de S. Paulo, quando tratou da conveniencia da reforma judiciaria, e do dar-se aos magistrados a perpetuidade dos cargos, como que a

constituição, disse que não professava essa doutrina, mas concordou na necessidade de se prestar toda a attenção para o estado da magistratura, no qual diz respeito á sua organização e á sorte dos juizes.

O nobre ministro, tanto aqui como no senado, prometteu ao paiz uma reforma mais lata, em maior escala do que aquella que se limitava ao augmento dos vencimentos dos funcionarios incumbidos da administração da justiça. E terá o nobre ministro a força moral necessaria para levar avante o seu projecto, quando acaba o senado de pronunciar-se solemnemente contra o projecto do nobre ministro augmentando os vencimentos dos magistrados? Foi um voto de falta de confiança; não se que tanto mais significativo, quanto foi decidido o empenho que mostrou o nobre ministro, já no seu relatório, onde se estendeu longamente sobre essa urgente necessidade publica, já na discussão que se estabeleceu no senado sobre esse objecto. O nobre ministro não quiz confiar a outros, a seus amigos, a sustentação de suas idéas; elle não as abandonou na tribuna um só instant, sustentou-as com todo o calor e dedicação.

Eu não contesto a conveniencia da medida proposta no senado pelo nobre ministro; mas estou convencido que devia ser acompanhada de outras ainda mais urgentes que dessem aos cidadãos todas as garantias no processo e julgamento das causas, onde estão em jogo os seus mais importantes direitos. O nobre ministro não entendeu assim, e por isso, sem duvida, o senado acaba de proferir contra o nobre ministro um voto de falta de confiança...

Um Sr. deputado: — Não foi o senado, foi parte do senado. O ministro sabia muito honrado com as idéas que elle apresentou: havemos de mostrar-o na camara.

O Sr. Felix da Cunha: — Senhores, a opinião do nobre deputado é até anti-parlamentar e inconstitucional. Não sei como uma decisão tomada pela maioria...

Um Sr. deputado: — Por meio da surpresa.

O Sr. Felix da Cunha: — ... pela

maioria de uma das casas do parlamento, não seja a expressão autorizada da sua opinião. Deste modo o nobre deputado até desmoralisa a origem de todas as nossas leis; uma lei que seja approvada pela maioria das camaras e rejeitada pela minoria, pôde ser atacada á vista do semelhante doutrina, porque só foi votada por uma parte da camara, ainda que forme maioria, e não por toda a corporação...

Um Sr. deputado: — Ao menos é um facto inexplicavel do senado.

O Sr. Felix da Cunha: — Mas é uma necessidade irrecusavel, é uma necessidade de ordem publica, respeitar as decisões tomadas pela maioria de qualquer das casas do parlamento, por qualquer dos ramos do poder legislativo; a decisão da maioria considera-se uma decisão tomada pela propria casa, qualquer que seja o numero de seus membros presentes, porque do contrario não haveria derrota alguma perante o parlamento que não podesse ser explicada. Não é possível que estejam em todas as sessões reunidos todos os membros de uma assembleia; e que é inquestionavel é que a maioria do senado deu um voto infenso ás idéas do nobre ministro da justiça e que o seu projecto foi rejeitado.

Ora, se o governo appella para a força moral da autoridade como meio de ella sustentar-se, como appellou o Sr. ministro da fazenda, não sei como a conservação do nobre ministro da justiça possa ser compativel com este principio...

Um Sr. deputado: — A votação do senado não devia ter esse effecto.

Sr. Felix da Cunha: — Devia ter tanta, ou mais significação ainda, do que uma manifestação hostil da parte da camara dos Srs. deputados...

O Sr. Ministro do Imperio: — Não apoiado.

O Sr. Felix da Cunha: — ... porque o senado é uma corporação vitalicia; o governo não pôde delle appellar para o paiz, não pôde por meio de uma dissolução conseguir outro senado que o apoio.

Um Sr. deputado: — A Inglaterra não aceita semelhante theoria;

O Sr. Felix da Cunha: — Eu todo

caso, o nobre ministro não merecendo o apoio do senado, não tem a mesma força moral que teria, para fazer adoptar as medidas que pretende propor, se por ventura fosse unanime o apoio do parlamento.

Sr. presidente, foram enunciadas diferentes theses constitucionaes, já relativas á responsabilidade dos actos do poder moderador, já relativas á descentralisação, já á intervenção do governo nas eleições, já á outros pontos de administração, mas reserve-me para em outra occasião occupar-me desses assumptos, porque tenho-me estendido em demasia.

Concluirei dizendo ao gabinete: Não vos reconheço como os mais proprios na actualidade para construir os monumentos que deve legar ao futuro a nova geração; não sois os homens da situação, não vos acompanho; não sois os homens do progresso, não vos apoio.

(Muito bem! muito bem!)  
(O orador é cumprimentado)

DISCURSO PROFERIDO NA Sessão DE 5 DE JULHO DE 1861.

O Sr. Felix da Cunha (silencio):

Sr. presidente, julgo-me na obrigação rigorosa de dizer algumas palavras para responder ao nobre ministro, que acaba de impugnar algumas proposições do meu discurso de hontem. Além disso attribuo assim a attenção com que S. Ex. honrou-me, occupando-se com as reflexões que fiz.

Eu não disse, sr. presidente, que o partido conservador não tinha capacidade para governar o paiz; o que eu disse e repito, foi, que o partido conservador constituido como elle hoje se apresenta, imbuído de suas antigas tradições e prejuizos, sempre recioso pela alteração da ordem, sempre propenso a dar á autoridade aquella força, que só tinha uma justificação em épocas criticas, não era o partido mais proprio para governar a actualidade, e fazendo referencia ao tempo e ás circumstancias, em que foi organizado o novo gabinete, demonstrei que elle não podia corresponder ás necessidades e á expectativa do paiz. Hoje é factotório, que o gabinete de 10 de Agosto dissolveu-se porque havia nelle duas politicas em luta, a politica sustentada pelo sr. ex-ministro do Imperio era politica sustentada pelo resto divergente do ministério. Dissolvendo-se esse gabinete por que não havia nelle accordo, a politica uniformidade de vistas politicas, o governo que o visse substituir não devia trazer indispensavelmente o cambio de uma das duas politicas? (Apoiados.) O que se apresentava o sr. Marquez de Caxias, como chefe de um gabinete, elle que se illustrava em tempos perigosos, unido aos serviços prestados á pátria, a manutenção da ordem; elle que foi sempre secretario severo da escola da autoridade? Esta escola por si, não indicava que o governo, eleito dos ministros, entendia que a politica que devia prevalecer no paiz,

era a apregoadá pelo sr. ex-ministro do imperio? (Apoiados.) E depois, sr. presidente, como se apresenta o actual ministerio perante o parlamento para satisfazer a sociedade geral, dezojeza de conhecer as normas que traçaria á sua marcha politica? Desconhecendo a origem de sua formação. (Apoiados.) Sim! porque elle proprio veio declarar que a ordem publica não corria perigo! Então disse eu: «Vós que subistes ao poder como uma ameaça, ou como uma garantia, na supposição de que a ordem publica estava ameaçada, por elementos subversivos, e achais o contrario, achais a sociedade tranquilla, todo calmo, tudo em seus eixos, não tendo actualmente uma missão a desempenhar, sois um governo transitorio, deveis desaparecer com os terrores que vos derão existencia; vistes para resistir á ordem e encontrastes uma tranquillidade profunda; não é de ordem que precisa a sociedade porque essa existe, ella precisa de desenvolvimento, de reformas justas, de garantias, ella precisa de concessões.» (Apoiados.)

A prova d'isto encontra-se na eleição da corte e de quasi todas as provincias do imperio, onde geralmente predominou o elemento liberal e o partido conservador moderado. E' digno de notar-se aqui na corte, fóra das luzes, da politica, da riqueza e do commercio, o facto tão significativo de muitos membros eminentes do partido conservador, convencidos do movimento que é preciso imprimir na vida social, ligarem-se aquelles que com habilidade professavam idéas liberas. (Apoiados.) Este facto que se deu na corte, sr. presidente, foi o mesmo que se reproduzio na provincia de Pernambuco, onde membros recommendaveis do partido conservador, comprehendendo a necessidade de marcharem com a sua época, segregaram-se de sua antiga grei politica e ligaram-se aos seus a heresias de outra sub-bandeira liberal.

O sr. Correia de Oliveira: — Não apanado. Houve apenas uma ou outra de feição:

O sr. Felix da Cunha: — O nobre deputado, ou não está ao facto do que se passou em sua provincia ou não quer revelar-nos o que em verdade aconteceu.

Apoiados! A imprensa daquelle provincia fallou deste acontecimento, divulgou-o, sem que apparecesse a menor reclamação da parte dos caracteres que entraram nessa liga.

O sr. Correia de Oliveira: — Não é exacto isso.

O sr. Felix da Cunha: — Só se o jacobinismo de sua provincia illojio o paiz, no que jamais eu posso crer. Houve reuniões publicas, são conhecidos os nomes dos oradores, os extractos de seus discursos; e essas noticias do jornalismo de Pernambuco, foram transcritas em quasi toda a imprensa do Imperio e nada appareceu que as contradicessu. (Apoiados.)

Isto prova o quanto está modificado o espirito publico e o quanto tem elle influido nas novas tendencias dos homens séculos e despretendidos. Ora, sendo actualmente as felizes disposições dos

homens, em conclusão logicamente, não a incapacidade intellectual do partido conservador, como quiz suppor o nobre ministro, mas sim a impossibilidade de ser o paiz bem dirigido por um gabinete, que não estava ao par das novas exigencias sociaes, formado para debellar uma anarquia imaginaria e por isso improprio para tirar partido dos pacificos elementos de progresso que existem no paiz.

Para mim e fóra de duvida que o actual gabinete organisou-se e subio ao poder debaixo das lugubres impressões do nobre ex-ministro do imperio, sobre o aspecto do paiz; mas essas impressões não tinham fundamento. O nobre ex-ministro sollicitado pelas nossas reiteradas reclamações a declarar quaes erão os elementos subversivos que actuavão no espirito publico, o que foi que nos disse? Trouxe os movimentos da Europa, a revolução italiana, os excessos da imprensa, a publicação dos folhetos desrespeitosos á autoridade; erão esses os elementos subversivos que lazão receiar os accommetimentos da anarquia! Mas o nobre ex-ministro do imperio, teria por ventura razão em reclamar uma politica forte e energica, por estes motivos que veio trazer ao parlamento, como explicação da carta, que dirigio ao seu collega, ex-presidente do conselho? Não seguramente. (Apoiados.) Os factos passados na Europa não tem tido outro echo no Brasil, alem das sympathias pela resurreição de um povo herico que se tem mostrado digno das tradições gloriosas de seus antepassados, e que resurge regenerado, das cinzas da repressão. (Apoiados.)

Na Europa são os soberanos que estão a testa do movimento. (Apoiados.) E Na polónia III, que com quanto tenha na corte que cinga as cores do despotismo, imbuca-se o restaurador dos principios de 89 e fundou seu throno, como todos sabem, na mais elevada expressão da democracia moderna, o suffragio universal. (Apoiados.) Quem estava á testa do movimento italiano, era Victor Emmanuel, o rei cavalleiro, tendo a seu lado o grande ministro conde de Cavour, cujo passamento prematuro não deve ser lamentado unicamente pela Italia, cujas fôrças sustentava com a robusta converção de uma intelligencia superior, cujos destinos jazia com uma sabedoria e um tino diplomático admiraveis. (Apoiados.)

Todos os homens amantes das instituições livres, das idéas generosas e humanitarias; todos os homens que enfilem nos destinos da liberdade, que tem as suas vistas voltadas para o lado da Italia e conhecem os seus perigos, todos esses haõ de sentir o coração confrangido pelo passamento do vulto mais proeminente que transparecia no glorioso theatro da Italia. (Apoiados.)

Eu me convenço, Sr. presidente, de ser nesta occasião o interprete dos sentimentos de todos os brasileiros, manifestando no parlamento o pesar e a dor que deixa causar a um povo livre a perda do fundador das instituições livres da Italia. Para elle e para a Europa, solidetudo, foi um acontecimento deploravel e nas actuaes circumstancias, tem razão para lamentar a morte de uma de suas mais il-

lustres notabilidades politicas. (Apoiados.)

Os acontecimentos atropéos, Sr. presidente, não exercerão no Brasil influencia alguma, nem podia haver receio de uma repercussão perigosa, porque lá se pugna pela monarchia constitucional e pela unidade; e esse movimento tem sido dirigido por homens que se considerão alternos as mais solidas garantias da ordem. (Apoiados.)

Mas a imprensa do Brasil, por ventura tem se excedido ao ponto de causar assombro e de incutir receios pela tranquillidade publica? Não senhores! e o actual Sr. ministro do imperio, encartegou-se de fazer a mais cabal refutação desta arguição, declarando categoricamente, que nunca os excessos da imprensa seriam prejudiciaes, sempre que o governo e a autoridade procedessem de maneira tal, que por seus bons actos desmoralissem a censura. (Apoiados.)

E, Sr. presidente, quando se diz, que a autoridade está desmoralizada, e por isso enfraquecida, porque a desmoralisação é uma fraqueza, condemna-se positivamente a doutrina daquelles que tem pedir mais força para ella, e que não cessão de pugnar por uma maior expansão do principio de autoridade. Pois esta autoridade, constituida com os elementos de força, que lhe deu a lei e que ainda hoje tem; esta autoridade que foi sufficiente para em épocas anormaes e agitados restabelecer a ordem publica, para comprimir o espirito de turbulencia, será hoje insufficiente para cumprir a sua missão, em Europa, de a guerra, de completa tranquillidade?

Não! Sr. presidente, a autoridade não está desmoralizada porque lhe falta força; pelo contrario, está desmoralizada por exuberancia de força. (Apoiados.)

O Sr. Saldanha Marinho: — Faça-se efectiva a lei da responsabilidade que será restabelecida a moralidade.

O Sr. Felix da Cunha: — Assim como o alimento que é uma condição indispensavel a conservação da vida animal, torna-se um elemento de destruição, quando é excessivo; assim tambem a força e autoridade, sendo um principio de vida e de segurança para a sociedade, torna-se-lhe fatal, quando é em excesso, porque impelle a autoridade para o arbitrio, para o abuso!

O abuso de seus meios de acção e de influencia é que estraga a autoridade pela desmoralisação. Os nobres deputados considerão os effeitos e não tratão de investigar as causas, que são as que apon-tam. Supprimi as causas que hão de desaparecer os seus effeitos; restabeleci o equilibrio entre as duas forças activas da sociedade; deixei ir a liberdade até seus limites convenientes, sem a pressão da autoridade, que tende para o abuso e para a invasão, como tudo o que é forte; esse excesso de força é que é prejudicial á paz publica; é que tem desprestigiado a autoridade no paiz.

Se não havia pois razão, Sr. presidente, para prevalecer a politica do nobre ex-ministro do Imperio, o gabinete que subio ao poder debaixo da influencia dos suppostos perigos, não tem significação.

política: como pelos motivos que hontem expendi, não tem também significação no actual estado económico do paiz, e foi isto o que demonstrei no meu discurso.

Eu não disse que se chamasse os liberais para o poder, apesar de serem mais do que os nobres ministros, os homens da situação; eu achei desastrosa que se organisasse o gabinete com opiniões extremas; queria que os nossos governantes estivessem mais compenetrados do novo aspecto, que assumia o caracter de nossa politica, depois do consorcio havido entre os liberais e antigos conservadores, que entendião, que o principio da autoridade, não precisava já dos instrumentos de dominio e compressão, que lhe foram dados em epochas difficeis, em que esse principio corria perigo, por excessos provenientes do partido liberal, e verdade, mas provocado por excessos do partido conservador.

Sobre este ponto creio que tenho explicado ao nobre ministro qual foi o meu pensamento.

Quanto á sem razão que achou em mim o nobre ministro, quando o considerei habido de sufficiente força moral, para propor medidas adequadas a melhorar a nossa organização judiciaria e a sorte da magistratura, me persuado que V. Ex. não contestou vantajosamente os principios que apresentei na discussão.

S. Ex. disse que o senado nas duas primeiras discussões do seu projecto, havia dado uma manifestação muito positiva, de que o apoiava, e partilhava a conveniencia da adopção de suas idéas. Mas não vê S. Ex. que a sua contestação repou-

sa sobre principios erroneos, sobre bases falsas, inteiramente oppostos á doutrina constitucional, oppostas até aos principios regimentaes, que regulão as discussões do parlamento?

Não sabe S. Ex., que um projecto de lei, não tem força obrigatoria, não se converte em lei do Estado, senão depois que na terceira discussão, e' approvada pela maioria?

Qual é a discussão importante, a que dá ao acto do governo caracter de uma lei, que dá as adhesões das camaras a sua verdadeira significação? E' a terceira ultima. A' argumentar-se da maneira porque o fez o nobre ministro, a prever a sua theoria original, nunca finda alguma de confiança propostas pelos ministros ao parlamento e rejeitada em terceira discussão, seria motivo sufficiente para a retirada de um gabinete, porque elle responderia ao voto de falta de confiança, como fez o nobre ministro; elle diria ás camaras: «esta decisão em terceira discussão, que rejeita completamente que invalida, que destrua a medida que propozemos, nada significa, nada demonstra, porque nos apoiastes nas duas primeiras discussões; a nossa medida cahio, mas nós ficámos!» Não pode-se conceber maior absurdo.

S. Ex. devia saber, porque não se discutiu o seu projecto na terceira discussão. O nobre presidente do senado, a quem aliás muito respeito, interrompeu por tal maneira o illustre senador pelo Pará, o Sr. Souza Franco, que elle não pôde proseguir na demonstração de seus

raciocínios, na materia de sua impugnação.

Mas o que é facto averiguado, incontestavel, e que o projecto era repellido importantissimo pelo Sr. ministro, que elle o defendeu com todo o interesse, com todos os recursos oratorios de sua intelligencia, e contra todos os ataques, perante o senado, e que esse projecto cahio apesar de todos os esforços do nobre ministro, e de todos esforços de seus amigos.

O Sr. Ottoni: — Mas e' a mesma coisa, virá n'um § da lei do orçamento!

O Sr. Felix da Cunha: — E' verdade; disse o nobre ministro, que vai propôr o augmento dos vencimentos dos magistrados na discussão da lei do orçamento, porque é essa uma grande necessidade publica, o que cumpre prover. Porem ainda mais instante do que o augmento dos ordenados da magistratura, de ordem muito mais elevada, não serão as providencias geralmente reclamadas para dar-se á magistratura o elevado caracter de independencia e perpetuidade que não tem; para dar-se aos cidadãos, tanto o civil, como no crime, as garantias de que não gosão, a vista da actual legislação? Sem duvida, que a classe dos magistrados está mal aquinhoados; cumpre ser attendida essa necessidade, mas essa não é a mais importante; a primeira necessidade neste objecto é reforma judiciaria. O senado, regeitou, e devia ter regeitado, o projecto; porque é necessario que as reformas em materia judicial sejam feitas em um só corpo, deba-

ro de um certo systema, para que possam produzir os seus beneficos efeitos; o augmento dos vencimentos pôde embaraçar qualquer reforma futura a pretexto de ir ferir direitos adquiridos.

Demais, não era tão saliente a contradicção, entre essa medida proposta e o programma do gabinete? Não consignou elle como um dos lópicos de seu laconico programma, a mais severa economia dos dinheiros publicos? Rejeitando o projecto, rejeitando uma verba, que augmentava em grande escala a despesa publica, o senado não quereria dar tambem ao ministro uma demonstração de que comprehendia o programma do gabinete melhor do que elle? Não quereria; obriga-lo com esse voto de reprovação a conter-se dentro dos limites o seu programma, dos limites de economia, de que se afastava, antes de offerecer medidas que cobrissem o deficit?

Eu lembro ao nobre ministro, que é tão fião nas praticas do systema representativo, o que fez o duque de Broglie, membro do gabinete de 1832, nos tempos do regimen parlamentar em França. Tinha sido celebrado em 1831, como os Estados Unidos, um tratado para a indemnisação de presas, a que subditos americanos se julgavão com direito. Este tratado foi celebrado pelo ministro dos negocios estrangeiros de então, o general Sebastiani. Durante o ministerio de que fazia parte o duque de Broglie, e que foi apresentada ao parla-

— 60 —

que vos disse, repellis o queixume de meu coração. Que Deus tenha piedade de mim, não tenho mais esperança senão d'elle!

— Vejamos, replicou Christiano, commovido ao ver grossas lagrimas escorregarem por aquellas faces, ainda ha pouco tão frescas e risosas. Não contraes então sobre vós? Que me vindes narrar? Anunciaveis uma confissão delicada, e tudo se limita a dizer-me que se vos apresenta um casamento, que vos não convem, e o noivo que vos e' antipathico. Cuida receber a revelação de um amor, não curais por isso. Um amor pôde ser puro e legitimo, quando mesmo se não acha autorizado pela ambição dos parentes. Um pai e uma mãe, se podem enganar, mas e' penoso combater sua influencia. Vós sois orphã!... Sim, sois, uma vez que dependeis de uma velha tia. Chamo-a de velha o sacudis a cabeça! Admittamos que ella seja moça. Tem sem duvida essa pretensão? Eu não o sei bem! Pensei que ella era velha. Se ella não e', razão da mais para mandal-a... não direi ao diabo, mas reflexionar melhor, enquanto vós pedireis conselhos a algum velho amigo, ao sr. Goefle... isto e' á mim, enfim a alguém que vos possa fazer caso, com o feliz mortal que preferis.

Porem, juro-vos, meu caro Sr. Goefle, respondeu Margarida, que não amo pessoa alguma. Oh! Deus, era o que me faltava para ser mais desgraçada! E' bastante odiar a qualquer, a ser obrigado a soffrer suas assiduidades.

— Não sois sincera, minha querida filha, disse Christiano que começava a apresentar com convicção a alguma vrosimilhã o papel do Goefle: temeis que eu refira vossas confidencias á condessa, minha cliente.

— 57 —

— De que barão? Queris que eu nomeie o homem de neve?

— Ah! trata-se do homem de neve? Pois bem declaro-vos que não estou mais avançado.

— Como Sr. Goefle, ignoras o apellido do mais poderoso, do mais rico e ao mesmo tempo do mais malvado o odenho de vosso cliente, o barão Olaus de Waldemora.

— Como! o proprietario deste castello?

— E do castello novo sobre a outra borda do lago o de não sei quantas minas de ferro, de chumbo, de não sei quantos valles, florestas, montanhas, sem contar os campos, rebanhos, granjas e lagos; o senhor enfim que possui uma decima parte da provincia da Dalecarlia? Eis aqui as razões que minha tia me apresenta desde a manhã até a noite afin de me fazer esquecer que elle é velho, triste, doente e talvez carregado de crimes!

— Por Deus! exclamou Christiano admirado, acho-me em casa de uma amavel personagem.

— Zombais do mim, Sr. Goefle!... não acreditaeis no crime... Era então para mangar comigo que a pouco dizeis.

— O que dizis a pouco, repito-o agora... Sinceramente... sim... somente quizera saber o crime de que o accusais.

— Eu não o accuso, o rumor publico é que me habilitou a ver nelle o assassino da sua pai, de seu irmão, o mesmo de sua cunhada, a desgraçada Hilda.

— Então! só isso?

— Porem Sr. Goefle, bem sabeis o que se diz; não fostes nesse tempo encarregado da causa? Não, enganai-me, vosso pai é que zoveria ser nessa época o advogado do barão Olaus. O barão apresentou não sei que factos. Nada se

mento a proposta para o pagamento dessas indemnizações. Mas nem o tratado tinha sido assignado pelo duque de Broglie, nem a proposta tinha sido offerecida por elle e sim pelo seu collega o ministro da fazenda. Depois de longa impugnação e defeza o parlamento rejeitou a proposta; e o duque de Broglie não tendo sido o ministro negociador, nem signatario do tratado celebrado com os Estados Unidos, não sentio o ministro que propoz a quantia destinada a satisfazer a indemnisação, pediu incontinente a sua demissão; e, entretanto o resto do ministerio continuou, porque tinha, assim como elle, o apoio da camara, quanto ás vistas geraes sobre a politica; mas o nobre duque entendeu que essa volaçãõ era uma desfeita pessoal e retirou-se do gabinete.

E' exactamente o que se dá com o nobre ministro da justiça. — O senado com o seu voto não quiz significar que não apoiava o gabinete, mas temonstrou a toda a luz, que não apoiava uma medida tomada tão a peito pelo nobre ministro; por consequencia llevo crer que a sua dignidade pessoal e de ministro, não está intacta, está mesmo mais offendida que a do antigo ministro francez.

Como a hora está muito adiantada, Sr. presidente, limito-me a estas observações, em resposta ao nobre ministro da justiça; todavia não posso deixar

de notar, a incoherencia; que julgo haver entre as opiniões dos dois distinctos oradores que hoje occuparaõ a tribuna. Declarado-se em perfeita harmonia sobre um ponto central do systema representativo, a responsabilidade dos actos do poder moderador, entretanto me parece, que está em manifesta contradicção, refiro-me ao nobre ministro da justiça e ao nobre deputado pelo Paraná, o Sr. conselheiro Zacarias.

Eu não admitto a distincção que se pretende estabelecer entre responsabilidade moral e responsabilidade legal, como sendo aquella a unica, que cabe ao ministerio, pelos actos do poder moderador. Surprehende-me, que o nobre deputado pelo Paraná, concordasse accõitasse como bastante, a responsabilidade moral ou politica, que o nobre ministro da justiça entende que deve ser a unica admissivel, quanto ás funcções do poder moderador.

O nobre deputado pelo Paraná pensava diversamente em outra circumstancia; n'essa occasião criticou e muito concludentemente esta chamada responsabilidade politica, que se queria substituir á responsabilidade legal. Disse S. Ex. então e disse muito bem, refusando a mesma doutrina, tambem enunciada por um ministro: uma responsabilidade pela qual um gabinete só está obrigado para com a opinião, uma responsabilidade que não se traduz em actos, que não o pode levar até os tri-

buçães, é uma cousa, que não se comprehende...

O Sr. Zacarias: — V. Ex. não me entendeu bem. Eu fallava da responsabilidade voluntaria, por deferencia... O Sr. Felix da Cunha: — Exactamente! Pois o que é essa responsabilidade moral ou politica, senão a responsabilidade tomada por vontade propria, por pura deferencia, por que não é de lei? Em uma sociedade constituída e organizada, ninguém é obrigado a fazer ou a deixar de fazer senão aquillo que é determinado pela lei; isto é preceito constitucional; portanto, se a lei não obriga os ministros a responder pelos actos do poder moderador, essa responsabilidade politica que elles querem assumir, pelo exercicio das attribuições desse poder, é uma deferencia, é uma responsabilidade voluntaria e não obrigatoria, porque não é de lei; é a responsabilidade moral que o nobre deputado disse em outra occasião, que não comprehendia e com o que hoje se mostra satisfeito.

Eu não sei Sr. presidente, como se possa sustentar a theoria da irresponsabilidade. Ha differença entre os actos proprios do poder moderador e as attribuições do poder executivo, em razão dessa mesma differença não comprehendo como a respeito dos actos do primeiro a responsabilidade seja moral, e a respeito dos actos do poder executivo, a responsabilidade seja legal! Pois, Sr. presidente, quando os actos do poder moderador são muito mais importantes que os do poder executivo, porque podem embarcaar e muitas vezes annular a acção de todos os outros poderes, hão de ter simplesmente uma responsabilidade puramente moral, ao passo que os actos do executivo, de muito menor importancia estão sujeitos á responsabilidade legal?

O sr. ministro da Justiça: — A razão é clara: e porque nos actos do poder executivo, os ministros obrão por si mesmos, são actos proprios dos ministros e quanto ao poder moderador as attribuições, as prerogativas são proprias do chefe do Estado, primeiro representante da nação.

O sr. Felix da Cunha: — A proposição do nobre ministro e até inconstitucional. No poder executivo os ministros não obrão só por si, tem a corda á sua frente, porque o Imperador é o chefe do poder executivo, os ministros obrão de commun accordo com o seu chefe. Além disso e' responder a questão com a questão; neg-se que os actos do poder moderador sejam só proprios do chefe de Estado, e o nobre ministro responde que não. Quando a constituição diz que o Imperante é irresponsavel e sagrado, quer dizer, que é irresponsavel, porque seus ministros tem a responsabilidade de todos os actos do poder, quer dizer, que o sagrado, porque não está exposto á censura, porque nunca pôde fazer o mal porque a responsabilidade de todos os males recahe sobre os ministros, se não recabissem, a censura seria feita á corda e ella será sempre feita quanto aos actos pelos quaes não são responsáveis os ministros, a prevalecer semelhante doutrina.

Sr. presidente, entrel perfunctoriamente nesta questão, só para fazer ressaltar a contradicção do nobre deputado, a quem me referi, pretendo mais amplamente discutir a em outra occasião; por agora limito-me a estas poucas palavras e peço desculpa a V. Ex. e á camara por ler demorado a sua attenção, agradecendo-lhes a benevolencia com quem me ouvirão. (Muito bem! muito bem!)

pouco provar contra elle; porem nunca se soube a verdade, e nunca se saberá, a menos que os mortos não se levantem do sepulchro para dizer.

— Já se tem visto isso algumas vezes, respondeu Christiano sorrindo-se.

— Verdaderamente acedilhas em tal...

— E' um modo de fallar que pertence ao vocabulario da minha profissão; hém sabeis as vezes uma prova inesperada... uma carta perdida, uma palavra esquecida...

— Sim, eu o sei, mas nada foi encontrado, e depois de quinze ou vinte annos, o silencio e o esquecimento cobrirão tudo. O barão Claus accusado e oidoo primeiramente, chegou a se fazer lemer, e tudo calou-se. Agora chega sua presumpção e confiança ao ponto de se querer casar de novo. Ah! que Deus nos livre de ser o objecto de suas perseguicões! Dizem que elle ainda muito a sua mulher: quanto porem a baroneza acredita-se geralmente....

— O que?

— Vejo que estas historias dos emponezes não chegarão até vós, Sr. Goulfo, ou então não vos importais com ellas, visto que vos viesdes installar tranquillamente nesta camara.

— Com effeito, vejo que ha aqui o que quer que seja, respondeu Christiano, hirido por uma lembrança recente. A germe da granja dizia-me: ide, e contai-me amanhã como se passou a noite. Ha então alguma allua do outro mundo.

— E' preciso crer que phantasmas ou resplido ha alguma coisa do extraordinario, porque mestre Stenson acredita, o o barão talvez que tambem, pois dizem que depois do morte do seu enxada ainda não par elle aqui os pés, e fez mesmo tapar uma certa porta....

— Aquella, disse Christiano apontando para o alto da escada.

— E' provavel, mas não o sei, disse Margarida. Tudo isso e' misterioso, e pensei que estavas ao facto do que eu ignoro. Não acredito em trasgos!... e entretanto não quereria vel-os, e por nada do mundo me decidiria a fazer o que fazeis, querendo dormir aqui. Quanto ao barão, que a historia do diamante seja verdadeira ou falsa....

— Ah! ah! ainda uma historia?

— Esta e' a menos verosimil de todas, e não posso impedir de rir-me, ao repetir-vos-la.

— Conta-se nas cabanas dos arribaltes que por amor de sua mulher, que era tão malvada como elle, confiou elle o corpo della a um alchimista, que tentou mettido em um alambique, delle tirou um grande diamante preto. O que porem e' certo e' que elle traz no dedo um anel singular, que não posso ver sem terror e nojo.

— O que e' naturalmente o prova l disse Christiano rindo-se, vede se igual sorte vos existisse reservada! Sei bem que não saliria do alambique em que vos mettessem, senão um lindo diamante cor de rosa; porem não seria cousa muito alegre para vós, e aconselho-vos de vos não expordes á crystallisação...

Margarida desatou a rir, os echos da antiga sala repetirão esse riso fresco e infantil de um modo tão mysterioso, que ella tomada do medo, e tornando-se triste disse:

— Vamos Sr. Goulfo, vejo que sois um homem atavel e espirituoso como me haviaõ dito; porem esperando que pensagões como eu, que sercis uma especie de estranho, enganai-vos. Pensai como minha tia, tratais de souho tudo